

SEGURANÇA E REPRESSÃO NO ESTADO DE SÃO PAULO NOS ANOS 60 E 70.

CÉLIA COSTA CARDOSO - USP

As relações entre os governos federal e estadual, no tocante à segurança nacional, fazem parte de um entendimento mais geral do pensamento político-ideológico dominante nas Forças Armadas, bem como de suas ramificações no comando político dos estados, em particular do Estado de São Paulo, sob os auspícios da ditadura civil-militar. As orientações políticas dos integrantes das Forças Armadas, formadas pelo Exército, Marinha e Aeronáutica, revelam matrizes ideológicas diversificadas, apresentando cada uma delas diferentes nuances ao englobar tanto defensores e articuladores do golpe de 64 como seus críticos e opositores, que resistiram ou se resignaram ao grupo dos militares no poder.

Entre os militares detentores do poder político, que aqui nos interessam, tendo como fulcro a análise do revezamento do poder entre os chefes do Executivo federal, apresentou-se, de uma maneira bastante reducionista, dois grandes grupos políticos reveladores na sua forma de pensar e agir. O primeiro e os últimos governos militares, que tinham como pressuposto a “volta dos militares aos quartéis” após a superação do caos administrativo deixado por João Goulart, abarcaram as gestões de Humberto de Alencar Castello Branco (1964-1967), Ernesto Geisel (1974-1979) e João Baptista de Oliveira Figueiredo (1979-1985), ficando conhecidos como os defensores de uma concepção mais moderada do militarismo, representada pela ala mais intelectualizada e afinada com os ideais da “Sorbonne brasileira”, como denominaram a Escola Superior de Guerra (ESG). Enquanto os governos do período intermediário, comandados pelos presidentes Arthur da Costa e Silva (1967-1969), Junta Militar (1969) e Emílio Garrastazu Médici (1969-1974), passaram para a história como o grupo dos militares mais radicais, representante da *linha-dura*, que colocou em prática um projeto político-ideológico de recrudescimento do regime.¹

Este quadro mais geral acabou ficando consagrado pela historiografia sobre o Regime de 64 e pelos testemunhos de alguns militares que assumiram essa divisão, inclusive como uma, entre tantas outras tentativas de se compreender a dinâmica da instauração e os percalços das aspirações de consolidação do Estado autoritário. Apesar da maneira um tanto simplista de enquadramento ideológico do pensamento militar, pois sabe-se que nem todo militar *moderado* ou de *linha-dura* agiu sempre dentro dessa coerência, uma vez que as atitudes e comportamentos humanos não são estanques e que nenhuma força política se torna hegemônica no campo do poder sem subordinar outras por meio da força ou da negociação. Toda vez que houve embate público entre militares moderados e radicais, quase sempre venceu a linha-dura: *“Além disso, pela tradição do regime militar iniciado em 1964, sempre que as tentativas de democratização se chocaram publicamente com a ditadura, prevaleceu a ditadura”* (Gaspari, 2002, 21).

De qualquer modo, apesar das particularidades e da complexidade do pensamento militar, as linhas ideológicas gerais dos militares no poder se expressaram em suas inúmeras tonalidades na composição dos governos do Estado de São Paulo. Tornou-se tão convencional a sua adoção que, nesta pesquisa, optou-se por inverter a perspectiva de análise partindo das especificidades de cada governo estadual e, portanto, do envolvimento desses civis com os governos militares. A proximidade ideológica entre civis e militares em 1964, compreendendo a ideologia enquanto conjunto de idéias racionalmente elaborada pelos articuladores do golpe, levou o governador Adhemar de Barros a declarar durante a inauguração da Polícia Marítima e Aérea da cidade de Santos/São Paulo, que não existia diferença entre civis e militares, uma vez que os seus projetos para o Brasil eram semelhantes:

“Na ocasião, o chefe do Executivo foi saudado pelo comandante da corporação, major João Jerônimo de Aquino e pelo capitão dos portos, Júlio de Sá Bierrembach. Agradecendo, o governador elogiou a participação da Polícia Marítima e Aérea no movimento de 31 de

março, culminando por dizer que ‘se São Paulo não entrasse na Revolução, ela não seria vitoriosa’. (...)

*Mais adiante, frisou também o chefe do Executivo paulista que não foram ‘só as Forças Armadas que fizeram a revolução e que a participação dos civis deve ser sempre salientada, ainda mais quando temos na chefia da Nação um homem muito mais civilista do que cada um de nós’.*²

A história da estruturação dos órgãos de segurança e repressão, constituída na inter-relação com os governos federal e estadual, foi compreendida em São Paulo a partir da identificação de três períodos singulares e, ao mesmo tempo, complementares: o primeiro (1964-1967), refere-se aos governos de Adhemar de Barros e do seu vice-substituto Laudo Natel, com ênfase para a atuação da Polícia Civil, da Força Pública e da Guarda Civil e a reestruturação dos serviços de espionagem e repressão, no combate aos movimentos de resistência ao golpe. No plano estadual destacou-se a atuação do Departamento de Ordem Política e Social, criado pelo Decreto-Lei 2034, de 30 de dezembro de 1924 e regionalizado em 1960, permanecendo em atividade durante a ditadura civil-militar, e, no federal, houve a criação em 1964 do Serviço Nacional de Informação (SNI), pelo general Golbery do Couto e Silva.

O segundo momento (1967–1975), abrange as gestões dos governadores Roberto Costa de Abreu Sodré e Laudo Natel, com enfoque no aperfeiçoamento da polícia política no território nacional e, em particular, no Estado de São Paulo. Período este considerado como “auge das ações repressivas”, comandado pela OBAN (Operação Bandeirantes), em 1969, e pelo DOI-CODI (Destacamento de Operação de Informações / Centro de Operações de Defesa Interna) a partir de 1970; além, é claro, do Departamento Estadual de Ordem Política e Social. Destacou-se, pela dimensão pública dos acontecimentos, como um dos feitos da repressão planejada pelo delegado Sérgio Paranhos Fleury, o desmantelamento de parte da guerrilha urbana comandada por Carlos

Marighella, principal líder da ALN (Ação Libertadora Nacional).

Por fim, o período compreendido entre os anos de 1975 a 1983 foi caracterizado pela atenuação da repressão, modificações na estrutura dos órgãos de repressão e na definição de novos rumos para a área de segurança nacional. Foi também o mais descontínuo de toda a história da repressão no Estado de São Paulo, tendo em vista a relação dos governos Paulo Egydio Martins, Paulo Maluf e do seu vice-substituto José Maria Marin (1983) com a política colaboracionista do governo central. No governo Egydio Martins, houve incomensurável afinidade com o projeto de “distensão” do governo Geisel, mas mesmo assim sua prática destoava das perseguições políticas comandadas pelo II Exército, com o general Ednardo D’Ávila e com seu Secretário de Segurança, Erasmo Dias. Assaz diferente da gestão Paulo Maluf, que não assumiu a política de Abertura do Presidente Figueiredo, aumentando significativamente às resistências ao desmantelamento do aparato de segurança e repressão por parte dos militares da linha dura, refletindo em São Paulo na repressão aos movimentos grevistas e reivindicativos e no aumento dos atentados terroristas da direita.

Após 1982 cresceu em São Paulo a atuação das forças oposicionistas, comandadas pelo jurista André Franco Montoro (PMDB), que, ao assumir o governo do estado, aprofundou os ideais de redemocratização e (des)estruturação dos órgãos repressivos, permanecendo, no entanto, até o período de “transição política” alguns vestígios destes. As reformulações por que passaram o aparato coercitivo não foram suficientes para a sua eliminação, continuando a existir, tanto no âmbito federal como no estadual, sobretudo em função de sua relativa autonomia, uma secreta vigilância sobre atividades de organizações e agremiações partidárias de propostas socialistas. Assim, o “Sistema Nacional de Segurança e Informações”³ não somente foi de montagem demorada, como também de desestruturação difícil, devido às resistências internas presentes nas Forças Armadas: *“Tal sistema somente se consolidou entre 1969 e 1970, mais de cinco*

anos depois do golpe, e sua desmontagem se estenderia para além da volta do país à democracia política – com resquícios persistindo ainda hoje” (Fico, 2001:18).

Embora a Anistia parcial, concedida em 1979, tenha atingido muitos dos condenados políticos de oposição, agiu também preventivamente, livrando de futuras punições autoridades e agentes diretamente ligados ao aparato repressivo do Estado. A vigilância e o controle sobre ex-presos políticos, com denúncias na imprensa escrita e falada e pelos depoimentos de ex-condenados, não desapareceu após os 21 anos de autoritarismo. Algumas vezes os “suspeitos” foram encaminhados às delegacias de polícia para averiguação, pois os seus nomes ainda constavam nos fichários da polícia, o que os transformava em tempos de “transição política”, em “elementos perigosos”.

Desse modo, a análise da estruturação dos órgãos de segurança e repressão foi desenvolvida a partir do comprometimento ideológico dos governos paulistas com os governos militares no que se refere à política de segurança nacional, com enfoque dirigido para cada gestão administrativa. De 1964 a 1975, nas gestões de Adhemar de Barros, Abreu Sodré e Laudo Natel, ocorreu a reorganização e consolidação do aparato repressivo e, de 1975 a 1985, com Paulo Egydio Martins, Paulo Maluf, José Maria Marin e Franco Montoro, a sua (des)estruturação. Este estudo específico da realidade paulista, além de levar em conta as aproximações e distanciamentos dos governos estaduais em relação aos governos federais centrando-se na atuação dos órgãos de segurança e repressão, evidenciou alguns casos de perseguição política – Carlos Marighella, Alexandre Vannucchi Leme e Vladimir Herzog - que tiveram ampla repercussão na sociedade, suscitando pronunciamentos públicos de autoridades federais e estaduais sobre temas como tortura, morte e prisões.

NOTAS

¹ A expressão *linha dura* surgiu em 1964 para definir o grupo de coronéis, encarregados da condução dos IPMs, defendendo a tese de um engajamento total, ideológico e operacional das Forças Armadas na luta anti-subversiva. Para maiores informações consultar Antonio Carlos Fon, *Tortura*, 6^a ed., Global, 1981 p. 15.

² D.O. E., n° 128, 11.07.64, p. 1 e 2.

³ Ver Carlos Fico, *Como eles agiam*, RJ, Record, 2001, p. 80-81. Sobre o Serviço Nacional de Informações: “O SISNI era integrado pelo Serviço Nacional de Informações (SNI), pelos ‘Sistemas de Informações dos Ministérios Civis’, pelos ‘Sistemas Setoriais de Informações dos Ministérios Militares’, pelo Subsistema de Informações Estratégicas Militares’ (SUSIEM) e por outros órgãos setoriais”.